

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.213 - RS (2019/0292484-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : **BRADESCO SAUDE S/A**  
**ADVOGADOS** : **GERALDO NOGUEIRA DA GAMA - RS005951**  
                  **GUILHERME VALDETARO MATHIAS - RJ075643**  
                  **ERIC CERANTE PESTRE - RJ103840**  
**ADVOGADOS** : **CAROLINA CARDOSO FRANCISCO MOUTINHO - RJ116999**  
                  **RAFAELA FILGUEIRAS FUCCI - RJ147427**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC) interposto por **BRADESCO SAUDE S/A** em face da decisão de fls. 1.545-1.558 (e-STJ) que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante com base nos seguintes fundamentos: *a*) ausência de negativa de prestação jurisdicional; *b*) existência de fundamento não atacado (Súmula 283); *c*) estar o julgado *a quo*, no que pertine ao reajustes decorrentes de troca de faixa etária, em conformidade com a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.568.244/RJ, julgado sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 952).

Nas razões do agravo (fls. 1.601-1.619, e-STJ), a parte insurgente defendeu a admissibilidade do apelo extremo, refutando os óbices aplicados.

Apresentada contraminuta (fls. 1.624-1.628, e-STJ), os autos emergiram a este Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece acolhida.

1. Denota-se da decisão de fls. 1.545-1.558 (e-STJ) que a Corte local negou seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030, inciso I, alínea "b", do CPC, asseverando ser inadmissível a interposição de apelo nobre contra julgamento realizado sob tese firmada pelo rito dos recursos repetitivos (Recurso Especial n. 1.568.244/RJ).

O julgado *a quo* fora publicado já na vigência do CPC/15, motivo pelo qual o recurso está sujeito aos requisitos de admissibilidade previstos no aludido diploma legal, conforme preconiza o enunciado administrativo n. 3/STJ:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Na presente hipótese, a parte interpôs o recurso de agravo previsto no art. 1.042 do CPC, restando caracterizado erro grosseiro, haja vista a inexistência de dúvida objetiva quanto ao recurso cabível, pois o art. 1.030, inciso I, alínea "b", e § 2º, do CPC é claro quanto ao cabimento do agravo interno na origem, *in verbis*:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o

recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

I – negar seguimento:

[...]

b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;

[...]

§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Assim, inaplicável o princípio da fungibilidade, e tampouco resta viável determinar o retorno dos autos à origem para que aquela Corte analise o reclamo como agravo interno ante a ocorrência de erro grosseiro, conforme entendimento pacífico do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. PEDIDO DE AGREGAÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, INCISO I, "B", DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. Conforme determinação expressa contida no art. 1.030, inciso I, "b", e § 2º c.c. art. 1.042, "caput", do CPC/15, é cabível agravo interno contra decisão na origem que nega seguimento ao recurso especial com base em recurso repetitivo. **2. A interposição de agravo em recurso especial constitui erro grosseiro, porquanto inexiste dúvida objetiva, ante a expressa previsão legal do recurso adequado.** [...] 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no TP 826/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 01/12/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 1.030, I, B, DO CPC DE 2015. CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO ARTIGO 1.030, § 2º, CPC DE 2015. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ARTIGO 1.042 DO CPC DE 2015. ERRO GROSSEIRO. INAPLICÁVEL O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o qual prevê no art. 1.030, I, "b", § 2º, do CPC de 2015, que cabe agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com entendimento do STJ em recurso repetitivo. **2. A parte agravante interpôs agravo em recurso especial previsto no art. 1.042, caput, do CPC de 2015 e não o agravo interno perante o Tribunal local, não sendo admitida, consoante a lei e jurisprudência do STJ, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.** Precedentes. 3. Agravo interno não provido. (AgInt

no AREsp 1083826/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 18/08/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL FUNDADA NO ARTIGO 1.030, I, B, DO CPC/2015. CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO CONSOANTE ARTIGO 1.030, § 2º, CPC/2015. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ARTIGO 1.042 DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. 1. O Código de Processo Civil de 2015, de forma expressa, determina o cabimento de agravo interno contra decisão que, especado no artigo 1.030, I, b, do CPC/2015, nega seguimento ao recurso especial. 2. **Destarte, a interposição do agravo em recurso especial, previsto no artigo 1.042 do CPC/2015, constitui erro grosseiro, tendo em vista a inexistência de dúvida objetiva, ante à expressa previsão legal do recurso adequado, não sendo mais devida a determinação de retorno dos autos ao Tribunal de origem para que o aprecie como agravo interno.** 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1003647/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA. 1. **A interposição de agravo em face de decisão que inadmite recurso especial com fundamento em precedente representativo de controvérsia configura erro grosseiro, dada a disposição do art. 1.030, § 2º, do CPC/15. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal, ante a ausência de dúvida objetiva acerca do recurso cabível. Precedentes.** [...] 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1294550/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018) [grifou-se]

**2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego conhecimento ao agravo.**

**Majoro** os honorários devidos ao advogado da parte recorrida em 10% (dez por cento) do valor já arbitrado pelas instâncias ordinárias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator